

Serra quer que o Ministério Público apure laqueadura em massa de índias

Auditoria constatou uso irregular de verbas do SUS em hospital de deputado

Isabel de Paula

BRASÍLIA. O ministro da Saúde, José Serra, disse ontem que vai pedir ao Ministério Público a apuração rigorosa da denúncia de oferta de laqueaduras de trompas a índias pataxós do Sul da Bahia, em troca de votos, durante a campanha eleitoral de 94. Os líderes pataxós acusam o médico e deputado federal Roland Lavigne (PFL-BA), candidato à reeleição, de ter patrocinado as cirurgias em hospitais de sua propriedade na época, conforme reportagem publicada no GLOBO domingo. Auditoria feita pelo Escritório Regional do Ministério da Saúde em hospitais de Lavigne, em 95, confirmou o uso irregular de verbas do SUS. Pelos cálculos feitos no ano seguinte, o deputado teria de devolver perto de R\$ 100 mil à União.

— Isto é uma barbaridade. Não se pode oferecer serviço de saúde em troca de votos e usar o SUS. É irregular porque é o mesmo que comprar votos — comparou Serra.

O ministro disse que vai aproveitar o convênio assinado, no mês passado, com o Ministério Público Federal e com as procuradorias da República nos estados para agilizar a apuração do escândalo das ligaduras de trom-

pas em índias. A auditoria feita pelo ministério nos hospitais do deputado, e que resultou no descredenciamento da Clínica Médica da Região Cacaueira (Climercau), em Una (BA), já oferece indícios suficientes de irregularidades para o Ministério Público agir.

Os auditores constataram que o hospital fazia ligaduras de trompas em massa e cobrava do SUS valores mais altos referentes a cirurgias para retirada de cisto de ovário e tumor de útero. O artifício foi descoberto quando os auditores visitaram as pacientes e confirmaram a realização das laqueaduras tubárias.

Hospital fazia plástica vaginal em jovens de 16 anos

Tal artifício permitiu ao hospital fraudar Autorizações de Internação Hospitalar (AIHs) e faturar mais do SUS. A auditoria verificou ainda que quase dois terços dos procedimentos do hospital eram referentes a colpoperineoplastia (plástica vaginal) em jovens com idade entre 16 e 26 anos. Como a plástica vaginal normalmente é feita em mulheres mais velhas e com muitos filhos, os auditores desconfiaram de irregularidades e conseguiram confirmar a adulteração das AIHs. Na verdade, quase todas as mulheres tinham

sido esterilizadas em plena campanha eleitoral. A pressão política na época foi tão grande que a chefe da auditoria do ministério na Bahia, Cristina Gravatá, foi destituída do cargo e sua equipe desmantelada.

Os fiscais verificaram ainda um fluxo migratório excessivo de pacientes de cidades da região, como Itamaraju e Eunápolis, para Una, que passou a ser referência para ligadura de trompas. Até municípios distantes, como Jequié, exportavam pacientes para Una. Isto numa época em que a laqueadura tubária só era permitida pela lei em mulheres com risco de vida.

A auditoria também encontrou irregularidades na Santa Casa de Misericórdia de Una, cuja provedora era Getúlia Lavigne, mãe de Roland Lavigne, e a diretora administrativa, Rosemary, mulher do deputado. O hospital não foi descredenciado e fechado porque, segundo médicos que fizeram a auditoria, era o único da região.

O secretário nacional de Assistência à Saúde, Renilson Rehem, que é baiano e descendente dos índios kiriris, da região de Mirandela, propôs que a esterilização de índias seja classificada como crime hediondo, dada a ingenuidade da comunidade indígena. ■